

Paralisação deixa Porto em alerta

Sem fiscais, entidades preveem sobrecarga

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

Um dia após o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) anunciar uma paralisação de 48 horas da categoria, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, entidades que atuam no Porto de Santos alertaram para os impactos do movimento.

O diretor do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região, Hugo Evangelista, acredita que poderá haver uma sobrecarga no complexo portuário. "A capacidade operacional dos terminais será impactada. Serão dois dias sem liberação de cargas, entrando novas mercadorias e não saindo nada. Haverá um aumento no volume de contêineres acumulados nos terminais e na demanda de navios".

Evangelista ressaltou que sem a liberação da mercadoria pelo órgão fiscalizador, os despachantes não podem prosseguir com o desembarque da carga.

Para mitigar os impactos, o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítimas do Estado (Sindamar), José Roque, disse que instruiu as empresas a anteciparem as solicitações de livre prática (permissão emitida pela Anvisa que autoriza as operações) dentro de 72 horas, antes da chegada da embarcação, evitando que os navios cheguem

e permaneçam na barra.

"A maior dificuldade será para navios que necessitam de inspeção sanitária de bordo, que são físicas, agendadas, tratadas no sistema Porto Sem Papel e realizadas com navio atracado".

Roque diz que a entidade solicitou à Gerência de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e ao supervisor da Anvisa, que, para navios sem doenças a bordo, o certificado seja emitido remotamente, com declaração de saúde expedida pelo comandante.

O especialista em Comércio Exterior e diretor da AGL Cargo, Jackson Campos, avalia que muitas cargas devem ficar presas no Porto aguardando alguma fiscalização, o que pode representar um represamento de contêineres.

O especialista acha que os terminais de Santos possuem capacidade para absorver dois dias de paralisação. "Caso se estenda, pode haver aumento na fila de atracação ou até redesignação das embarcações para portos próximos".

Jackson afirmou que a paralisação atinge a economia porque os custos extras são repassados para o consumidor no produto.

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) alegou que "não comenta sobre as relações de trabalho entre os demais entes do Porto e seus colaboradores".



Movimento dos fiscais federais, incluindo os que atuam no Porto, já se arrasta há meses sem solução

Governo não dará aumento pedido

■ O Governo Federal diz que não pode conceder o aumento salarial pedido pelos agentes de regulação. Em nota, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que, na quarta rodada de negociações, no dia 11, apresentou proposta que "prevê ganhos de 26% a 34% para a categoria, acumulados de 2023 a 2026" e que a "recomposição totaliza ganho acima da inflação projetada para o período".

O ministério diz que não pode atender à contraproposta apresentada pelo sindicato dos servidores que "implica em aumento de quase 40% na folha de pessoal das agências, o que a torna inviável em vista das restrições orçamentárias".

verno "nem sequer cobre as perdas inflacionárias registradas nos últimos anos".

Ainda de acordo com o sindicato, "essa proposta não resolve as distorções remuneratórias internas à categoria e externas em relação às demais carreiras típicas de Estado".

Há pelo menos três meses, os fiscais federais já executam a operação Valoriza Regulação, fazendo um trabalho mais lento para liberação de cargas nos portos. Entre os servidores federais, respeitando os limites orçamentários. Até agora já foram 21 acordos assinados com diferentes categorias. Mas, o Sinagências informou que a proposta do Go-

Por fim, pontuou que "segue com as negociações buscando atender as reivindicações de reestruturação das carreiras de todos os servidores federais, respeitando os limites orçamentários. Até agora já foram 21 acordos assinados com diferentes categorias".

Mas, o Sinagências informou que a proposta do Go-